

A CULTURA MATERIAL DA ESCOLA NOTURNA DE MINAS GERAIS NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DA REPÚBLICA

THE MATERIAL CULTURE OF THE NIGHT SCHOOL OF MINAS GERAIS IN THE FIRST DECADES OF THE REPUBLIC

LA CULTURA MATERIAL DE LA ESCUELA NOCTURNA DE MINAS GERAIS EN LAS PRIMERAS DÉCADAS DE LA REPUBLICA

Vera Lúcia NOGUEIRA¹

RESUMO: Este texto analisa a presença da cultura material na escola primária noturna a partir dos relatos dos sujeitos escolares, professores, diretores e inspetores, bem como no projeto de modernização da educação mineira, no qual a materialidade da escola é assumida como preocupação central impregnando os discursos políticos da elite reformadora. O período contemplado refere-se às duas décadas iniciais da República. À luz de referenciais teórico e metodológicos da Nova História Cultural analisou as seguintes fontes: relatórios das diretoras e dos inspetores escolares, a legislação educacional e correspondências expedidas e recebidas pela Secretaria do Interior. A organização da escola noturna destinada aos adultos trabalhadores inscreveu-se nesse processo de renovação do ensino realizado, por todo o país, por intermédio de um conjunto de reformas empreendidas por uma elite política que, ao assumir o lugar de idealizadora e construtora da República, investiu num projeto de modernização escolar do qual fez parte o provimento material, a qualificação das práticas de ensino e a adequação do espaço escolar. Garantir a materialidade da escola noturna foi uma das principais ações do governo mineiro no âmbito das reformas republicanas do ensino público primário de início do século XX.

Palavras-chave: Escola primária noturna. Cultura material escolar. Minas Gerais.

ABSTRACT: This paper analyzes the presence of material culture in the night primary school from the accounts of school subjects, teachers, principals and inspectors, as well as the modernization project of Minas Gerais education in which the materiality of the school is taken as a central concern pervading the discourses reformist political elite. The contemplated period refers to the initial two decades of the Republic. Through the theoretical and methodological references of The New Cultural History, the following sources were analyzed: reports of the directors and school inspectors, educational legislation and correspondence sent and received by the Secretary of the Interior. The organization of the night school destined to adult workers was inserted on the process of renewing education all across the country, by a group of reformations realized by a political elite that, taking the spot of idealist and builder of the Republic, invested in a project of school modernization characterized by material resources distribution, qualification of teaching practices and adequacy of school space. Ensuring the existence of the night school was one of the main government actions scoping the republic's reforms of primary public education at the beginning of the XX century in Minas Gerais.

Keywords: Nocturnal primary school. Material school culture. Minas Gerais.

¹ Doutora em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Formação Humana. Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. E-mail: vera.nogueira@uemg.br

RESUMEN: Este texto analiza la presencia de la cultura material en la escuela primaria nocturna a partir de los relatos de los sujetos escolares, profesores, directores e inspectores, así como en el proyecto de modernización de la educación minera, en el cual la materialidad de la escuela es asumida como preocupación central impregnando los discursos políticos de la élite reformadora. El período contemplado se refiere a las dos décadas iniciales de la República. La luz de referenciales teórico y metodológicos de la Nueva Historia Cultural analizó las siguientes fuentes: relatos de directoras y dos inspectores escolares, la legislación educaciones y correspondencias expedidas y recibidas por la Secretaría del Interior. La organización de la escuela nocturna destinada a los adultos trabajadores se inscribió en ese proceso de renovación de enseñanza realizada, por todo el país, por medio de un conjunto de reformas emprendidas por una élite política que, al asumir el lugar idealizado y constructor de la República, invirtió en un proyecto de modernización escolar el cual forma parte de la provisión de materiales, la calificación de las prácticas de enseñanza y la adecuación del espacio escolar. Garantizar los materiales de la escuela nocturna fue una de las acciones principales del gobierno minero en el ámbito de las reformas republicanas de enseñanza pública primaria del inicio del siglo XX.

Palabras clave: Escuela primaria nocturna. Material cultural escolar. Minas Gerais

Introdução

A instrução pública mineira tornou-se, na virada do século XIX para o XX, objeto de uma série de reformas que buscavam “repensar o ensino e inovar dando-lhe outra feição e status, libertando-o dos excessos, dos traços de arcaísmo e dos vícios da velha ordem monárquica” (NOGUEIRA, 2015, p. 154). Havia um consenso entre a elite política² reformadora de que modernizar o ensino significava introduzir os progressos da ciência, os ensinamentos e as experiências didáticas dos povos mais adiantados, modificando os métodos, o mobiliário escolar, os aparelhos pedagógicos, a formação do professor e, principalmente, dotar o ensino de uma materialidade própria, qualificando o espaço escolar. Inscrita no campo da nova História Cultural, a cultura material da escola dialoga, dessa forma, com as outras culturas que participam desse processo de construção da escola, seja a científica, característica das orientações pedagógicas, ou a cultura política, determinada pelos gestores das políticas públicas educacionais.

Concebida por Agustín Escolano Benito (2010) como um “registro objetivo da cultura empírica” das instituições educativas, a cultura material da escola constitui uma fonte importante para a sua compreensão tendo em vista que os “objetos pedagógicos são signos que expressam características da escola, de suas estruturas, processos e resultados” (ESCOLANO BENITO, 2000, p. 319). Tais objetos referenciam

² Sobre a concepção de “elites” aqui adotada, ver DULCI (2004).

edificações, mobiliários, utensílios, livros, enfim, todo um aparato que acompanha e confere visibilidade ao desenvolvimento da escolarização, a partir do século XIX, por toda parte do ocidente. Ainda de acordo com esse autor, tomar as fontes materiais da escola como objeto historiográfico pressupõe um importante giro epistemológico e social, pois essas durante muito tempo estiveram excluídas do patrimônio educativo, ou da “memória protegida” cuja valorização, anteriormente, recaía nos testemunhos da cultura letrada, nos textos, que eram os mais prestigiados nos estudos. Entende-se, assim, a escola, em conformidade com as ideias do autor, como uma “instituição social governada por práticas empíricas nas quais intervém a materialidade” (ESCOLANO BENITO, 2010, p. 18).

É nessa perspectiva que este texto se orienta para mostrar como os “dispositivos visíveis” intervém na produção e organização da escola noturna e nos afazeres dos professores, diretores e inspetores. Também demonstrar, na interface das culturas, como a preocupação com a materialidade impregnou os discursos políticos da elite reformadora da educação mineira sendo considerada, ora como justificadora das mudanças, ora como impeditivo das mesmas por esbarar na questão orçamentária. Ao lado do argumento financeiro, as escolas mineiras também se viram prejudicadas pelas condições mesológicas do Estado, o que acabava por determinar o fluxo reformista e, bem assim, a rota da distribuição de livros, mobiliário escolar e materiais didáticos, levando a uma organização hierarquizada da escola primária.

Modernizar a educação: prover a escola e construir um espaço escolar qualificado

Ao longo das duas primeiras décadas da República todo o esforço dos legisladores e da elite política mineira voltou-se para o projeto de modernização da educação com vistas a apagar todos os resquícios do passado que configurava o ensino imperial como retrógrado e algo a ser ultrapassado de modo a se implementar o que havia de mais moderno em termos pedagógicos e em todas as dimensões possíveis do ensino (NOGUEIRA, 2015). Essa voga modernizadora, pela via da introdução de materiais pedagógicos diversos, também perpassava os projetos de reforma do ensino levadas a efeito no país, como também destacou SILVA *et al* (2010) ao analisar o processo de modernização da escola graduada catarinense, em período semelhante. Segundo as autoras, a materialidade se concretizava por meio de:

relógios de parede, carteiras que seguiam os modelos adotados em escolas da Europa e dos Estados Unidos da América, armários, quadros, globos, mapas, enfim, um conjunto de novidades pedagógicas que contribuiriam na edificação do projeto de escolarização em marcha (SILVA *et al*, 2010, p. 41).

Uma escola moderna era o que se reivindicava para implementar uma educação capaz de formar o cidadão republicano, inculcando-lhe os novos valores sociais e políticos, seus direitos e deveres, dotando-o de um poder de decisão fundado na razão e no discernimento. Características que demarcavam as ações pedagógicas desse período e se materializavam na racionalização da organização didático-administrativa da escola, denotada por meio da definição de tempos e espaços cada vez mais planejados, articulados e dotados de materialidade, com vistas ao melhor aproveitamento do tempo escolar.

De modo geral, essa nova educação exigia a reinvenção da escola pública e o apagamento das marcas do ensino retrógrado herdado dos tempos imperiais, adequando-a às necessidades prementes de difusão da escola elementar e de escolarização em massa. Isso exigia, também, um novo modelo de ensino que correspondesse às inovações científicas e, para efetivar tal modelo, era preciso superar a carência de espaço, de materiais didáticos, de mobílias, de livros, manuais, compêndios e também de professores comprometidos e competentes; problemas que faziam parte da própria história de institucionalização da escola popular no país, e que não era novidade em Minas. Em muitos discursos, os inspetores escolares, os Secretários do Interior e os governantes mineiros já reconheciam essa precariedade e admitiam a necessidade de se realizar as melhorias preconizadas pela moderna pedagogia, como reconheceu o presidente Chrispim Jacques Bias Fortes frente ao Congresso Mineiro:

torna-se preciso [...] que doteis o Poder Executivo de recursos para a construção de casas onde funcionem as escolas de instrução primária, e para aquisição do material preciso para melhor difusão do ensino, de acordo com os modernos preceitos pedagógicos (BIAS FORTES, 1898, p. 13-14).

A qualificação do espaço escolar (FERNANDES, 2005), com vistas a produzir uma prática educacional moderna e ajustar-se às finalidades reformistas, seria um trabalho gradual, que contaria com escassos recursos, “na proporção da verba orçamentária”, segundo Bias Fortes (1898, p. 13-14).

A questão do provimento material e da qualificação do espaço escolar esteve sempre presente nos discursos dos Secretários do Interior do Estado, como em 1906,

quando apareceu como uma das necessidades prementes da reforma mediante a adoção do método de ensino moderno, conforme expressou Delfim Moreira da Costa Ribeiro: “organizar pedagogicamente a escola pública dotando-a de prédio próprio e material escolar adequado ao ensino intuitivo” (RIBEIRO, 1906, p. 107). Entretanto, para se alcançar os resultados previstos, principalmente quanto à criação e expansão dos grupos escolares e, bem assim, ao seu aparelhamento, o Secretário admitia a insuficiência dos recursos que a essa iniciativa eram destinados:

Com tão notável desenvolvimento que vai tendo a instrução primária, principalmente quanto à difusão dos grupos, que, por sua organização especial, exigem mais cuidados da administração e acarretam maiores despesas, vai-se tornando cada vez mais insuficiente, não só a verba destinada à construção, reconstrução e consertos de prédios escolares, como a de fornecimento de livros, carteiras e material escolar (RIBEIRO, 1912, p. 55).

Na avaliação do ano seguinte, apesar de permanecerem as dificuldades relativas ao orçamento, o Secretário reconheceu que a situação do ensino estava melhorando na maior parte das escolas mineiras:

Tudo vai se transformando e hoje podemos afirmar que as casas escolares sóbrias, simples, higiênicas e mobiliadas se espalham por toda a parte, que as classes estão se enchendo de matriculados, os professores sentem-se estimulados, a frequência é animadora nos grupos e escolas isoladas e a inspeção técnica e regular do ensino está produzindo os mais salutareos efeitos (RIBEIRO, 1913, p. 33).

No encaminhamento político das reformas mineiras, primeiro seriam aparelhados os grupos escolares, em seguida as escolas das regiões mais densamente povoadas e, por fim, as distantes escolas isoladas das zonas rurais. Essas seriam atendidas “mais devagar e sem precipitação”. As dificuldades na aquisição do mobiliário para todas as escolas, se justificavam também pelo fato de que boa parte do mobiliário era importada. Assim, não era de causar estranheza que nem todas elas estivessem devidamente providas, como comentou o Secretário Delfim Moreira:

Não é para admirar que não estejam ainda providas de carteiras todas as escolas primárias do Estado. Várias são as causas desse fato. A Secretaria, vendo-se obrigada a restringir as suas operações às verbas orçamentárias, que, mesmo aplicadas com parcimônia, são às vezes excedidas, não poderia absolutamente importar de uma só vez o mobiliário preciso para todas as escolas existentes no Estado ou adquiri-lo em várias fábricas do país, ao mesmo tempo. Além disso, funcionando uma parte dessas escolas em prédios particulares, alugados pelos professores, muitos dos quais não têm as necessárias condições de higiene e mesmo de segurança, é óbvio que seria contraproducente colocar-se neles mobiliário caro, que se estragaria em breve (RIBEIRO, 1913, p. 46).

Somam-se a essas questões, as circunstâncias impostas pelas condições de precariedade de comunicação no Estado, conforme reconheceu o Secretário:

Finalmente, dificuldade ainda maior é a dos meios de transporte, pois ainda não está devidamente servida de estradas de ferro e de rodagem grande porção do território mineiro, acarretando despesas colossais a expedições de objetos às escolas, além da considerável demora por caminhos quase intransitáveis em certas épocas (RIBEIRO, 1913, p. 46).

Nesse sentido, ao se discutir sobre a cultura material das escolas primárias mineiras, nas décadas que inauguram a República, torna-se indispensável refletir também sobre o espaço geográfico e as suas implicações no projeto reformador republicano. Vencer as condições de precariedade das escolas implicava também em superar as dificuldades impostas pelo próprio meio natural; nesse caso, o progresso do ensino caminharia *pari passu* ao progresso e desenvolvimento do Estado, como admitiu o Secretário do Interior, Américo Lopes, em 1915:

De tempo a esta parte, a solução do problema da disseminação da instrução primária por todos os recantos de nosso território tem desafiado os esforços das administrações, que o tem colocado em paralelo com as questões econômicas e financeiras, de tal modo se convenceram da sua capital importância, como fator necessário desse aperfeiçoamento que constitui objeto de nossas melhores aspirações (LOPES, 1915, p. 73).

Assim, para a disseminação da instrução primária e para o processo de reinvenção da escola era preciso reformar, inovar. Porém, a carência de materiais, de espaço adequado e de condições dignas de funcionamento dificultava a tão desejada modernização da educação demonstrando como a cultura empírica da escola vai condicionando os processos de reforma e de mudanças na educação. A situação das escolas noturnas mineiras não diferia das condições em que se encontravam as demais escolas do Estado. Precariedade ou falta de material didático, inadequação das salas de aula, incompetência dos professores, também faziam parte dos relatos dos inspetores escolares.

A despeito do argumento do déficit orçamentário e das condições naturais do Estado, as reformas deveriam ser viabilizadas, principalmente nos aspectos relativos ao aparelhamento escolar. Dessa forma, como parte da política educacional, o governo mineiro determinou o fornecimento de materiais ou artefatos móveis às escolas públicas, podendo esse também constituir subsídio indireto às escolas particulares. Seriam fornecidos o mobiliário, os objetos e materiais didáticos, os livros necessários à

organização administrativa da escola, tais como ponto diário, atas de exames, expediente e outros que se fizessem necessários. Aos alunos pobres, seriam fornecidos livros didáticos, e, conforme previsto na Lei n. 41, de 1892, os livros seriam de propriedade da escola. Aos professores seriam enviados os materiais básicos, necessários ao desenvolvimento da aula, tais como pena, papel, lápis e tinta.

Essas medidas foram mantidas também na Reforma do Ensino de 1906, e em 1911, o Decreto n. 3191, ampliou a listagem do que considerou aparelhos indispensáveis ao ensino, compreendendo, desde bandeira nacional, globo terrestre, mapas, contador mecânico, sólidos e aparelhos para o ensino de geometria e para a execução de trabalhos manuais, além dos indispensáveis ao ensino intuitivo das noções e princípios de física e química. A legislação ampliou o número de itens de aparelhamento escolar ao estabelecer que as escolas deveriam compor um pequeno museu ou coleção de história natural, além de herbários, coleção de minerais, fósseis, etc. À biblioteca seriam remetidos dicionários, gramáticas, atlas e compêndios de pedagogia, zoologia, mineralogia, etc. Como material de consumo, a legislação previa a remessa, a cada ano após as férias, de pena, tinta, lápis, giz branco e de cor, ardósia, livro de leitura dos alunos e de escrituração, além de desinfetante. Aos grupos escolares seriam enviados ainda, os seguintes materiais permanentes: limpa-pés, relógio de parede, sofá, secretária e cadeiras, porta-chapéus, porta guarda-chuva e estantes (MINAS GERAIS, 1911, p.218-220). Como se pode ver, após atender às necessidades relativas ao desenvolvimento do ato de ensinar, os novos artefatos passam a atender às demandas mais secundárias ligadas à organização social do espaço escolar.

A partir de 1920, a legislação reconhecia os prédios próprios como indispensáveis ao funcionamento de qualquer escola, constituindo-se, assim, o seu correlato físico (FUNARI; ZARANKIN, 2005), podendo ser construídos pelo Estado, municipalidades ou particulares. Quanto ao aparelhamento, além dos materiais citados anteriormente, o que se percebe é a ampliação dos artefatos que passam a compor a materialidade da escola, atendendo aos preceitos higiênicos da época: talhas com filtro, utensílios de limpeza e higiene e cabides numerados para os alunos. Para fazer jus ao recebimento do material, a orientação era a de que fosse encaminhado requerimento à Secretaria do Interior. Todo o aparelhamento escolar sob a custódia do professor ou diretor deveria ser inventariado, para efeito de controle patrimonial do governo (MINAS GERAIS, 1920).

O espaço escolar noturno e sua materialidade

Fruto de iniciativas privadas e públicas, estaduais e municipais, as aulas noturnas aconteciam nas sedes das associações e ligas operárias, nas fábricas, nas casas de particulares ou nos prédios cedidos pelas municipalidades. Mas, no geral, as aulas noturnas funcionavam nas escolas isoladas, ou ocupando as dependências de grupos escolares diurnos, já que o primeiro grupo escolar noturno mineiro foi criado no ano de 1917, o segundo, de 1926, e o terceiro, de 1933.

Os relatos dos inspetores evidenciam as condições materiais de realização das aulas. Situação boa, e rara, fora constatada pelo inspetor Albino Alves Filho ao visitar a Escola Noturna Municipal Dr. Bias Fortes, criada em 1885, em São João Del Rey pela Câmara Municipal. A escola, por ocasião da visita, em 1901, era regida pelo professor Guilherme José de Oliveira Barreto cujo cuidado e zelo encantaram o inspetor:

Mobília: Consta de seis carteiras de 2, 10 de comprimento e de dez bancos toscos, feios, antipedagógicos, mas de bom uso, de propriedade do professor.

Utensílios: Constam de dois belos quadros a óleo de altura de um metro, um representando um pescador de Nápoles, acendendo o cachimbo em uma noite escura, à beira do mar; outro, uma criada Napolitana entrando em um quarto com uma vela acesa na mão. Um outro quadro representando uma elegante figura de mulher, em êxtase, à beira-mar. Existem mais de seis quadros também a óleo. Vários mosquiteiros de papel defendem das moscas estes objetos e o teto e a parede da sala. Existem mais dois estrados, sustentando uma mesa secretária, um relógio de parede, um contador mecânico, um quadro negro, uma estante com livros de instrução secundária de uso do professor, vários sólidos de geometria para estudo prático feito em cartão, dois mapas murais representando um o planisfério (já estragado) e o outro a América do Sul. Todos estes utensílios são de propriedade do professor. De propriedade do Governo existem: uma coleção do museu escolar de Meneses Vieira e um mapa mural da América do Sul (ALVES FILHO, 1901).

Apesar da boa impressão que a escola causou, o inspetor ficou incomodado com a mobília e sugeriu providências ao Secretário, tendo em vista que destoava da ornamentação tão bem curada:

O estado material da escola é muito bom. É raro encontrar-se no Estado uma escola que ofereça ao visitante tão bela ornamentação, feita com gosto e cuidado, a par de perfeita regularidade na disposição da mobília – o que altamente prova o zelo e capricho por parte do professor. Possuindo esta escola (particular) prédio próprio e em boa condição e tendo a sua frente tão cuidadoso professor, era justo que o Governo a dotasse de mobília em relação com a ornamentação da sala (ALVES FILHO, 1901).

Descrita pelo inspetor como “bancos feios, antipedagógicos”, precisava da intervenção do Estado para completar o cenário de tanta beleza. Tamanho zelo, entretanto, não decorria do fato de ser noturna a escola, pois ela funcionava na mesma sala da Escola João dos Santos, do sexo masculino, que era a escola diurna do citado professor que, provavelmente, nas horas vagas dedicava-se à pintura de quadros.

Mas, nem todas as escolas ofereciam tais condições materiais, como nos mostra o regional, Lindolpho Gomes, ao visitar a escola noturna de Água Limpa, município de Juiz de Fora, em 1917:

A escola está instalada num salão imprestável, sem forro, sem vidraças, tendo ao centro uma grande “catadeira” de café, que impossibilita a livre movimentação da discência, e, portanto, a disciplina e boa ordem dos trabalhos, mas não havia outra sala na localidade (GOMES, 1917).

Noutra situação, apesar de funcionar nas dependências do grupo escolar de Ponte Nova, a escola noturna, regida pelo professor Joaquim Campos de Miranda, “estava provida de material didático quase insuficiente à boa marcha dos trabalhos” (GOMES, 1913). A escola noturna da Fábrica de Tecidos Cachoeira, regida pelo professor Avelino César, também foi alvo das críticas do inspetor Albino Alves Filho, em 1901. Mas, nesse caso, embora a casa oferecesse condições de higiene, não havia nenhum utensílio e tampouco escrituração. A situação não diferia muito do que o mesmo inspetor constatou na escola da Fábrica do Cedro, quando observou:

A escola [...] é regida pelo Dr. Francisco Clorival Gentil Horta. A sala e mobília são muito ruins. Não existem utensílios, exceto uma grande palmatória que vi dependurada na parede. Não há livros de escrituração. O professor rege a escola há dez meses e pelo que pude observar é incompetentíssimo (ALVES FILHO, 1901).

A atenção em relação à palmatória é relevante tendo em vista que o Regulamento de 1900 determinou que não fossem mais aplicadas aos alunos “penas degradantes e castigos físicos, mesmo que fossem estes reclamados ou autorizados pelos responsáveis”, sob a pena do professor ser suspenso das aulas ou pagar multas (MINAS GERAIS, 1900, p. 58). A presença da palmatória teria significado simbólico, visto que “representava, corporificava, simbolizava o poder do professor, o poder da escola, o poder da ameaça e da dor na tarefa de tornar instruídos” e dóceis aqueles meninos operários (GALVÃO, 1998, p. 136). Nesse caso, a simples presença desse instrumento poderia estar cumprindo um papel disciplinador no ensino dos pequenos

operários que ali estudavam, não como forma de punir por algo que se fez, mas sim, por algo que se poderia vir a fazer, enquanto virtualidade (FOUCAULT, 1987).

O provimento material das escolas noturnas como ação da política mineira

A reivindicação de objetos e utensílios escolares pelos professores das escolas noturnas demonstra a preocupação com uma materialidade indispensável à produção das práticas e dos afazeres pedagógicos. Por isso, a mobilização também se voltava para a obtenção dos materiais necessários ao bom andamento do trabalho pedagógico, em consonância com as determinações legais, como se pode constatar no trâmite de uma negociação junto à Secretaria do Interior. Conforme rezava o Edital, publicado em maio de 1911, os pedidos deveriam ser encaminhados observando as seguintes recomendações:

As escolas que ainda não possuem esses móveis podem endereçar a esta Secretaria os seus pedidos, instruídos dos seguintes esclarecimentos indispensáveis que deverão vir confirmados pela autoridade escolar local: dimensões exatas da sala, em metros (comprimento e largura), se é assoalhada, forrada e envidraçada, se o assoalho, forro e paredes estão convenientemente limpos, se não existem goteiras no telhado, se o prédio escolar está em bom estado de conservação e segurança e, finalmente, se ele é alugado ou de propriedade do professor, da Câmara Municipal, do Estado ou de quem não venha exigi-lo em qualquer eventualidade (JORNAL MINAS GERAES, 1911).

Atendendo aos termos do Edital, o professor Alfredo Maximiniano de Oliveira, de Juiz de Fora, encaminhou ofício contendo as seguintes informações:

Solicito de V. Exa. [...] para a aula noturna do bairro de Mariano Procópio, sob minha regência, os objetos necessários para o bom funcionamento da mesma, como sejam: carteiras, mesa, cadeiras, tela americana para servir de quadro negro e material didático como a “Primeira Leitura” de A. Joviano que não é encontrada nas livrarias da cidade. A sala em que iniciei os trabalhos é de propriedade do Culto Católico de Mariano Procópio, que cedeu-me gratuitamente, mede 7, 75 m de comprimento por 4 m de largura, tem duas janelas na frente e uma porta ao fundo, é forrada e assoalhada e, apesar de não ser numa casa nova, foi toda limpa e é a única que melhor se presta para tal fim no mencionado bairro. [...] Certo de que minha resolução também merecerá a aprovação de V. Exa. aguardo a ordem e remessa do material necessário para instalação definitiva. Saúde e fraternidade (OLIVEIRA, 1911).

De acordo com a listagem enviada à Secretaria do Interior pelo inspetor, os livros didáticos solicitados para a escola noturna foram os seguintes:

QUADRO 1- Livros didáticos solicitados ao Estado pela escola noturna de Juiz de Fora – 1911

Quantidade	Título
10	As boas crianças
10	Segundo livro de Francisco Vianna
15	Os nossos Amigos
03	Contos Pátrios de O. Bilac
03	Curso Complementar
10	Cultura dos Campos de Assis Brasil
01	Mapa da Exposição e de Júlio Pinto*
01	Geografia de Lentz
01	Corografia de Appolo
01	Língua Pátria de L. Gomes*
01	História Pátria
01	História Pátria Antiga*
01	Aritmética de E. Werneck
02	Annuarios*
01	Diário Vera Cruz

Fonte: OLIVEIRA, 1911. Nota: *Conforme previsto no Edital de 1911 seria fornecido apenas um exemplar para consulta do professor.

Como vimos, esses seriam os livros com os quais o professor iria trabalhar com os seus “61 alunos, na totalidade, adultos”. Quanto aos utensílios, foram solicitados os que se encontram listados no próximo quadro.

QUADRO 2 - Utensílios solicitados ao Estado pela escola noturna de Juiz de Fora - 1911

Quantidade	Utensílio
1	Caixa de Penas
1	Dúzia de lápis preto
1	Idem para lousa
1	Idem bicolor
1	Resma de papel
48	Canetas
2,5	Metros de tela americana

Fonte: OLIVEIRA, 1911.

O material chegou à escola noturna em junho de 1911, quando o professor deu ciência à Secretaria: “Recebi, em 7 deste mês, o material didático constante nesta relação, vindo não só a tela americana como alguns livros um tanto estragados” (OLIVEIRA, 1911).

Essa escola parecia pertencer à Câmara Municipal da cidade, mas funcionava em local cedido pela Igreja Católica, por não haver na cidade outro local indicado. O número de alunos, todos adultos, atendia às exigências legais e, como foi possível acompanhar, em um mês, o professor recebeu todo o material, mas conforme sua observação, parece que a tela e os livros não eram novos, ou sofreram danos durante o transporte. Pela quantidade de livros solicitados, haveria, aproximadamente, trinta

alunos no primeiro e trinta no segundo ano, considerando a quantidade de livros de leitura solicitados. Essa diversidade de níveis de aprendizagem numa mesma classe, sob a regência de um mesmo professor é uma das características que marcará a história da educação dos adultos ao longo de todo o período estudado.

Também as escolas particulares também recebiam materiais do Governo do Estado, como atesta o ofício da professora da 1ª cadeira da Escola Operária do sexo masculino de Guanhões, Maria Josefina da Silva, recebido pela Secretaria, acusando o recebimento de materiais:

Cartilha Nacional de Hilário Ribeiro (06); 2º livro de leitura HR (12); 3º livro de leitura HR (10); Aritmética, 1ª de Trajano (06); Tabuada Barcker (12); Sentimento de Thomas Brandão (04); Constituições (06); História do Brasil de Sylvio Romero (03); Sintaxe de Thomaz Brandão (01); Coleção de Caligrafia Olavo Freire (04); Vida Prática de Feliz Ferreira (01); Canetas triangulares (04); Aritmética Elementar de Trajano (01) (ALVES FILHO, 1901).

A concessão de mobílias às escolas particulares constava da política pública mineira tendo como exigências o cumprimento das condições descritas pelo Secretário do Interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro:

[...] trouxestes ao meu conhecimento o pedido de 25 carteiras escolares, que faz à Secretaria a diretoria da “União Operária” da Cidade de Curvelo, a fim de mobiliar a sala da escola noturna mantida por aquela associação. Tenho a declarar-vos que esses móveis poderão ser cedidos, nos termos do art. 402, letra b, do Regulamento em vigor, isto é, pelo preço de custo, mas, para tal fim, é mister provar o referido diretor que em sua escola são professadas as mesmas matérias do curso primário conforme os métodos e programas oficiais, que me informeis minuciosamente sobre esse ponto. O pedido deverá, portanto, ser formulado em requerimento e acompanhado dos documentos exigidos pelo citado art. 402. Nestes termos, podereis levar à consideração do diretor da “União Operária” de Curvelo a minha resolução (RIBEIRO, 1911).

Para atender aos pedidos enviados à Secretaria, por parte das escolas particulares, municipais, de fábricas e de associações, o Estado lançava mão de variadas estratégias - doação, empréstimos de material, permuta, compra etc., por entender que iniciativas dessa natureza eram imprescindíveis à difusão do ensino primário por todo o território mineiro.

Sobre livros, métodos de leitura e métodos de ensino na escola noturna mineira

Os livros escolares ganham destaque na educação a partir da adoção do método de ensino intuitivo, pois passam a desempenhar um novo papel, principalmente os compêndios, que deixaram de se constituir apenas como “depositários de lições a serem memorizadas” e passaram a conduzir o trabalho pedagógico do professor por conterem as prescrições para desenvolvimento de tal método (VALDEMARIN; ALMEIDA, 1998, p. 69). Do ponto de vista político, os livros também podem ser utilizados como instrumentos para a educação moral e doutrinação das camadas populares.

A discussão sobre os métodos e as estratégias de ensino baseadas nas recentes descobertas científicas, em especial as descobertas da psicologia experimental, ganhou destaque nos discursos modernizadores e se tornou indispensável, especialmente, a partir da constituição dos sistemas escolares modernos de escolarização em massa da população (MACIEL, 2003).

No estudo da história da aprendizagem da leitura, Maciel (2003) destaca que os maiores debates na época foram marcados pela oposição entre os métodos tidos como inovadores, e mais modernos, e os tradicionais, que colocavam em cena apenas duas disputas entre os sintéticos (alfabético, o fônico e o silábico) e os analíticos (global de contos, sentençação ou palavração).

O alfabético, também denominado método de soletração, parece ser o mais antigo de que se tem notícia, tendo sido largamente utilizado no Brasil, no século XIX e boa parte do XX, especialmente por meio das chamadas “Cartas de ABC”, ou “Método João de Deus”, em referência ao seu criador, o poeta português que o lançou na Metrópole, em 1876, na Cartilha Maternal ou Arte da Leitura. Como estratégia de aprendizagem as combinações silábicas eram cantadas ou memorizadas por meio de técnicas próprias.

No caso do método fônico, que surgiu na Europa, o seu uso no Brasil inseriu-se num movimento pedagógico que o relacionava à moderna soletração ou fônico, cujo maior “progresso se fez em nomear as letras do alfabeto mais próximas o possível da emissão sonora [...] de “efe” para “fê”. [...] a principal unidade a ser analisada pelos alunos é a sílaba” (FRADE, 2007, p. 2). A determinação oficial da abolição desse método nas escolas mineiras adveio com a Reforma do Ensino Primário de 1906, em prol do método silábico, conforme relata a instrução dos programas, de 1906:

Em vez de decorar sons e valores de letras, para depois formular as combinações que produzam o vocábulo, a criança começará pela palavra ao corpo de letras que a formam. Familiarizadas que estejam, pelas primeiras lições, com um certo número de palavras simples, os alunos acharão facilidade e até diversão em decompô-las para a formação de novas. (MINAS GERAIS, 1906a, p. 106)

O método silábico estaria, assim, inserido nos ideais de modernidade que, juntamente com a inovação dos grupos escolares, passaria a fazer parte da realidade educacional mineira. A proclamação do uso de um método mais moderno pode ser vista na visita do inspetor Albino Alves Filho à Escola Noturna Municipal Dr. Bias Fortes, em São João Del Rey, no ano de 1901, quando elogiou o estado geral de organização da escola, destacando o método de ensino adotado, bem como a opção quanto ao método de ensino da leitura:

A escola se acha convenientemente organizada: os alunos são divididos em classes, sendo adotado o método simultâneo de ensino. Este é feito pelo método mais moderno – o de palavrção ou fonético, existindo as cartas de João de Deus, onde os meninos aprendem. De há muito que foi abolido o antigo método de soletração – denominado por quase todos os pedagogos - o método do absurdo, e que já é um adiantamento e provado que o professor não é rotineiro, como a quase totalidade dos que existem no Estado. Verifiquei que o professor procura ensinar pela forma expositiva, evitando, com cautela a socrática, a fim de que não haja abuso da memória (ALVES FILHO, 1901).

Vê-se que o inspetor fez questão de realçar a escolha e o uso do método que denotava a sintonia da escola noturna com as concepções científicas mais modernas do momento e mais, evidenciava o esforço do professor em buscar as inovações, distinguindo-o dos demais professores do Estado. Destacou, ainda, um provável esforço do professor em evitar o uso excessivo da memória, embora a base metodológica para esse ensino fosse mnemônica e, em relação ao tipo de leitura requerida aos alunos, os métodos sintéticos privilegiavam a leitura oral, principalmente, durante os exercícios de soletração (MACIEL, 2003).

Dos livros que adotavam o método sintético de leitura, e que estiveram presentes nas escolas noturnas mineiras, podem-se destacar a Cartilha Nacional, de Hilário Ribeiro e a Cartilha da Infância, de Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo, ambas produzidas na década de 1880, sendo essa última utilizada nas escolas brasileiras até por volta dos anos de 1980, segundo Frade (2007).

No grupo dos métodos analíticos se encontram aqueles nos quais “os aprendizes podem realizar posteriormente um processo de análise de unidades que dependendo do

método (global de contos, sentencição ou palavrção) vão do texto à frase, da frase à palavra, da palavra à sílaba (FRADE, 2007, p. 3). Segundo Maciel (2003), embora também haja menção sobre a utilização dos métodos analíticos desde o século XIX, somente após as reformas dos anos 20 do século XX é que eles se tornaram amplamente utilizados no Brasil. Em Minas Gerais, a reforma do ensino promovida por Francisco Campos, em 1927, é que determinou a adoção do método global de contos ou de historietas na alfabetização das crianças.

Os métodos analíticos constam dos livros produzidos no final do século XIX, e que também foram distribuídos às escolas noturnas, tais como os Livros de Leitura de Abílio César Borges ou Livros do Barão de Macaúbas; o Primeiro Livro de Leitura, de Felisberto de Carvalho; e o Primeiro Livro de Leitura, de Hilário Ribeiro. São livros que se distinguiam ao se apresentarem “como um volume dentro de uma coleção de livros de leitura para séries graduadas”. Citam-se ainda, a Cartilha Analítica e a Cartilha das Mães, de Thomaz Galhardo; Cartilha da Infância, de Francisco Viana; e do Primeiro Livro de Leitura, de João Köpke (MACIEL, 2003, p. 19). Esses foram os livros de leitura com os quais os professores mineiros desenvolveram o ensino da leitura no Estado, por meio do método analítico, tanto nas escolas diurnas quanto nas escolas noturnas.

Os métodos na organização das escolas primárias mineiras

Na virada do século XIX, um levantamento sobre a organização das escolas primárias municipais do Estado, apresentado pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Wenceslau Braz Pereira Gomes, ao Presidente do Estado, em 1899, nos permite constatar a utilização de métodos diversificados de leitura em Minas Gerais. Na escola da Fábrica do Cedro, em Montes Claros, a informação foi a de que era utilizado o método sintético para a leitura e o analítico para o ensino de gramática. A escola da cidade de Lavras declarou utilizar um método próprio, não especificado. Nas escolas do município de Passos e Lima Duarte eram utilizados os livros de Felisberto de Carvalho; e no município de Cabo Verde, as quatro escolas utilizavam os livros de Hilário Ribeiro (GOMES, 1899).

Essa variedade no uso dos métodos retrata a própria dinâmica de organização das escolas municipais mineiras e a não linearidade no cumprimento das prescrições oficiais que tinham como objetivo estabelecer uma uniformidade na sua configuração.

Também evidencia a convivência entre diferentes concepções de método de ensino e de aprendizagem, bem como os diferentes procedimentos didáticos, relativos a cada opção por um método, conforme constam dos relatórios dos inspetores escolares.

As escolas municipais que adotavam o método sintético de leitura utilizavam as Cartilhas Nacionais de Hilário Ribeiro, como a escola Operária de Guanhões, em 1901, que usava essa Cartilha e os 2º e 3º livros de Hilário Ribeiro. Isso nos permite afirmar que havia alunos em fase inicial de aquisição do domínio da leitura e alunos com capacidade de desenvolver a leitura corrente. Outras, como a Escola noturna de Villa de Lagoa Dourada e a Escola Noturna Operária de Guanhões (1901), também utilizavam as Cartilhas de Hilário Ribeiro, indicando que atendiam aos alunos na fase inicial da leitura elementar. Na Escola Simplício Alves Pereira, em Matta das Neves, o professor também utilizava, em 1917, a Cartilha Analítica de Arnaldo Barreto. Utilizando os livros graduados de Francisco Vianna, estava também a Escola noturna de Mariano Procópio, em Juiz de Fora, cujo professor Alfredo Maximiniano de Oliveira solicitou, em 15 de maio de 1911, o “Segundo livro” de Francisco Vianna.

Mas, havia também aquelas que não trabalhavam com livro específico, como as escolas diurna e noturna particulares da Fábrica do Cedro. Quanto aos métodos de leitura, o inspetor Albino José Alves Filho, constatou que não havia livro didático nessas escolas, mas ao arguir os alunos observou que os “mais adiantados têm noções de gramática, aritmética e leitura”. No levantamento de 1899, a escola da Fábrica do Cedro informou que utilizava tanto o sintético quanto o analítico, provavelmente por não haver um livro específico a seguir.

Pode-se perceber que em Minas Gerais, no período estudado, não havia um material específico para o ensino da leitura e da escrita aos adultos³, sendo, portanto, utilizadas as mesmas cartilhas e os mesmos livros indicados ao ensino das crianças.

A necessidade de adaptação dos livros levou a professora mineira Anna Cintra de Carvalho a criticar os materiais adotados pelo Estado. Em relatório apresentado ao Secretário do Interior, em 1914, sobre a Escola Noturna Feminina da Capital, Anna Cintra destacou que o programa oficial, previa “leitura em livros escolhidos de histórias

³ Sobre cartilhas próprias para ensino de adolescentes e adultos, Barboza (2006) destaca a “Cartilha do Operário”, elaborada por Theodoro de Moraes (1877-1956) com base no método analítico e que foi adotada nas escolas públicas paulistas, a partir de 1921. Em 1928, o mesmo autor publicou, também, “Leituras do Operário”, para o trabalho nas escolas noturnas, profissionais e liceus, com temas relacionados ao mundo adulto. Em 42 lições, o livro reuniu fábulas, narrativas e poesias, cujo conteúdo enfatizava as “virtudes do trabalho, da generosidade, o patriotismo, os males do álcool, etc.” (BARBOZA, 2006, p. 118).

e narrativas que contenham conhecimentos úteis”, no primeiro ano; e uma “leitura em novo livro apropriado, desenvolvendo-se as interpretações e comentários”, no segundo. Para ela, no entanto, os livros utilizados não se adequavam ao cumprimento dessa exigência por não serem apropriados à faixa de idade das alunas, infantilizando-as e impossibilitando extrair proveitos morais das lições, que eram endereçadas às crianças. Nas palavras de Anna Cintra:

os livros adotados devem ser escolhidos por pessoas competentes e da confiança do Governo de maneira que as alunas tirem proveito moral das lições. Que interesse pode ter uma moça em ler contos escritos para crianças? Foi o que se deu no decorrer deste ano, todas achavam intolerável a leitura, por não estarem os livros de acordo com a idade e a necessidade que tem de aprender neles alguma coisa que lhes seja útil. (CARVALHO, 1914).

As preocupações de Anna Cintra demonstravam uma sensibilidade rara nesse período, que lhe permitiu reconhecer a natureza e as especificidades do trabalho de instrução de alunas adultas e analfabetas. O reconhecimento das especificidades do trabalho com adultos e da inadequação do material didático adotado pelo Governo, levou a diretora a questionar a competência daqueles que definiam o que se ler nas escolas noturnas. Por outro lado, pode se entender essa crítica como uma forma de dar visibilidade ao seu próprio trabalho na produção de livros de leitura, visto que o Conselho Superior adotou, em 1924, as suas “Lições de Leitura” para uso no primeiro semestre do 1º ano primário. Mas, ainda assim, a diretora já vinha criticando, avaliando e sugerindo, ao Governo mineiro, que fossem repensadas não somente questões de caráter pedagógico, como também de cunho administrativo, como o cômputo da frequência nas escolas noturnas, por exemplo.

Considerações finais

A organização da escola noturna de Minas Gerais inscreveu-se no processo de renovação do ensino realizado, por todo o país, por intermédio de um conjunto de reformas empreendidas por uma elite política que, ao assumir o lugar de idealizadora e construtora da República, investiu num projeto de modernização escolar do qual fez parte o provimento material, a qualificação das práticas de ensino e a modernização do espaço escolar. Conhecer a dinâmica de organização material dessa escola nos permite uma aproximação com o que Escolano (2010, p. 13) definiu como o “registro objetivo da cultura empírica” de uma instituição educativa. Assim, ao adentrar a “caixa negra”

da cultura da escola noturna mineira encontramos os objetos, os utensílios, as mobílias, os livros de leitura, bem como os métodos utilizados para o seu ensino, que fizeram parte da concretização dos ideais de modernização dos condutores da política do Estado. Nos permite ainda, compreender o processo de construção de sua identidade pelos atores que lhe deram forma e vida, tais como os inspetores, os professores, os diretores e os reformadores que a idealizaram dentro de um projeto de reinvenção da escola e de modernização da educação.

Pode-se acompanhar, ainda, o processo de complexificação das relações estabelecidas entre os atores escolares e a política educacional que visava à construção de uma escola moderna adequada aos princípios educacionais mais avançados. Assumida, como ação de uma política modernizadora, o provimento material das escolas isoladas noturnas deu-se, no entanto, em conformidade com as condições mesológicas do Estado, que imprimiam o sentido e a direção, bem como o ritmo do atendimento às demandas materiais da escola. O atendimento aos grupos escolares, que simbolizavam o novo, o moderno, dava-se em detrimento das escolas isoladas, marcadas com a pecha de um passado que maculava os ideais republicanos.

Quanto aos aspectos relativos ao ensino da leitura, importante perceber como a escola noturna mineira também se constituiu como palco de disputas materiais e simbólicas e como tais disputas reverberavam no cotidiano escolar influenciando, até mesmo, no modo como se deveria dispor os adultos em sala de aula. O que se intentou, ao analisar esses aspectos, foi ir além da mera listagem de livros, objetos, utensílios ou materiais, para captar e compreender a “materialidade como uma dimensão” da cultura da escola que, na interlocução com as outras culturas nos permite apreender os sentidos e significados na produção da escola primária noturna mineira (ABREU JUNIOR, 2005, p. 46).

Na análise da relação e da utilização dos livros de leitura pelas escolas noturnas, na relação como o momento pedagógico da época, podemos constatar a coexistência de concepção de ensino e de aprendizagem diversas que disputavam um lugar no campo educacional sob a égide dos discursos modernizadores. A partir das orientações e da caracterização dos métodos podemos inferir que aos adultos, ou aos alunos das escolas noturnas, era ensinada a leitura por meio de uma metodologia que privilegiava a repetição em voz alta e os exercícios, normalmente, pelo método sintético, na sua mais aparente diversidade. Pode-se ainda destacar que a preocupação dos inspetores com o uso de métodos modernos os levava a intervir nas práticas de ensino dos professores

para demonstrar quais seriam esses métodos e como desenvolvê-los. Essa reflexão sobre os livros de leitura e os métodos de ensino nos aproxima da advertência feita por Veiga (2000) ao afirmar que a cultura material da escola não pode ser entendida como um simples reflexo das relações sociais nela vivida, visto que ela nos permite evidenciar os modos de uso, as escolhas realizadas, a receptividade que tiveram e suas justificativas, os processos de aquisição e de procedência, bem como os conflitos entre as prescrições e as formas de apropriação desses artefatos culturais nas experiências escolares daquele período.

Enfim, a despeito do discurso de modernização escolar e do esforço de prover as escolas, tanto do ponto de vista da concretização do ensino pelos professores, quanto do provimento material, a escola noturna mineira conviveu com a precariedade, traduzida pela falta de utensílios didáticos, pela inadequação das salas de aula, seja nos espaços das fábricas ou nas sedes das associações operárias, e pela incompetência dos professores, como relatavam os inspetores escolares. Nesse processo de modernização, estabeleceu-se um diálogo entre a cultura científica, que orientou as escolhas e as opções pedagógicas presentes nas variadas reformas; a cultura política que regulamentou os processos administrativos escolares a partir de uma concepção de educação que mais se ajustava aos propósitos de construção e de controle da elite reformista; e, por fim, a cultura que se materializou nos artefatos escolares, necessários à condução do processo pedagógico e pela forma de atuação dos sujeitos que tinham a responsabilidade de atender às exigências normativas, acatando-as ou ressignificando-as.

Referências

ABREU JUNIOR, Laerthe de Moraes. Apontamentos para uma metodologia em cultura material escolar. **Pro-Posições**. Campinas, SP: Unicamp, v. 16, n. 1(46), p. 145 -164, jan./abr. 2005.

BARBOZA, Andressa Cristina Coutinho. **Cartilha do operário**: alfabetização de adolescentes e adultos em São Paulo (1920-1930). 2006. 217 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CASTRO, César Augusto (Org.). **Cultura material escolar**: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925). São Luís: EDUFMA, Café & Lápis, 2011.

DULCI, Otávio. As elites políticas. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (orgs.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2004, p.281-292.

ESCOLANO BENITO, Agustín. La historia de la educación después de la posmodernidad. In: BERRIO, J. R. **La cultura escolar de Europa: tendencias históricas emergentes**. Madrid: Biblioteca Nueva, 2000. p. 297-324.

ESCOLANO BENITO, Agustín. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. **Revista Linhas**. Florianópolis: UDESC, v. 11, n. 02, p. 13 – 28, jul./dez. 2010.

Disponível em:

<<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/2125/1628>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

FERNANDES, Rogério. Cultura de escola entre as coisas e as memórias. **Pro-Posições**. Campinas, SP: Unicamp, v. 16, n. 1(46), p. 19 - 40, jan./abr. 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação**, Santa Maria, v. 32, n. 01, 2007, p. 21 - 40. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista>>. Acesso: 15 set. 2016.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. **Pro-Posições**. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação: Campinas, SP, V. 16.n. 1(46) - jan./abr. 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. “A palmatória era a sua vara de condão”: práticas escolares na Paraíba (1890-1920). In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Modos de ler. Formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 87-116.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Ler, escrever e contar... a história da alfabetização em Minas Gerais. In: PERES, Eliane; TAMBARA, Elomar (Org.) **Livros escolares e o ensino na leitura e da escrita no Brasil (séculos XIX-XX)**. Pelotas: Seiva Publicações & FAPERGS, 2003. p.11-26.

NOGUEIRA, Vera Lúcia. Instrução e educação do trabalhador no ideário educativo modernizador do Estado de Minas Geris (1892-1920). In: MESQUITA, Ilka Miglio de; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro; NOGUEIRA, Vera Lúcia. (Org.) **Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX**. Belo Horizonte: Mazza Editora, 2015, p. 181-200 (Volume 3)

SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920). **Rev. bras. hist. educ.**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 207-233, set./dez. 2013

SILVA, Vera Lucia Gaspar da; JESUS, Camila Mendes de; KINCHESCKI, Ana Paula de Souza. Cultura material da escola em mensagens presidenciais: entre o dito e o não

dito (Santa Catarina –1874 a 1930). **SÆculum - Revista de História** [22]; João Pessoa, jan. / Jun. 2010, p. 41-50.

VALDEMARIN, Vera Teresa; ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP, 1998.

VEIGA, Cynthia Greive. Cultura material escolar no século XIX em Minas Gerais. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1, 2000, **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/040_cynthia.pdf/>. Acesso em: 20 mar. 2016.

Documentos

ALVES FILHO, Albino. Secretaria do Interior. **Relatórios**. Instrução Pública Primária. Cidades de S. J. Del Rey e Tiradentes, e parte daquele Município. 1ª Circunscrição literária – Fevereiro e Março. São João Del Rey. Códice: SI 2756. Arquivo Público Mineiro, 1901.

BIAS FORTES, Chrispim Jacques. Congresso Mineiro. **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado ao Congresso Mineiro**. Ouro Preto: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1898. Disponível em: <<http://www.crl-jukebox.uchicago.edu/bsd/bsd/u2404/index.html>>. Acesso em 02 abr. 2016.

CARVALHO, Anna Cintra de. Minas Gerais. Secretaria do Interior e Justiça. **Ofícios encaminhados à Secretaria do Interior** – 7ª sessão. Códice: SI – 3525. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1914.

ERNESTO JUNIOR, Bento. Secretaria do Interior. **Correspondência referente à Instrução Pública**. Termos de Visitas. Relatórios escolares. S. João, d’el Rey, 8 de abril de 1907. O inspetor técnico do ensino na 12ª. Circunscrição. Códice: SI – 3767. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1908.

GOMES, Lindolpho. Secretaria do Interior. **Relatórios dos inspetores municipais**. 6ª Seção. Códice: SI- 3715. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1917.

GOMES, Wenceslau Braz Pereira. Secretaria do Interior. Quadro das escolas municipais do estado de Minas Gerais em 1899. **Relatório apresentado ao Dr. Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior. Em o ano de 1899**. Cidade de Minas: Imprensa Oficial de Minas Gerais. 1899.

JORNAL MINAS GERAES. **Editais**. Distribuição de materiais às escolas isoladas e grupos escolares do Estado. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 18 mai. 1911.

LOPES, Américo Ferreira. Secretaria do Interior. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior em o ano de 1915**. Arquivo Público Mineiro, 1915.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 1.348 de 08 de janeiro de 1900.** Promulga o regulamento das escolas de instrução primária. Minas Gerais, Cidade de Minas, 1900, 08 jan. 1900.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 3.191 de 9 de junho de 1911.** Aprova o regulamento geral da instrução do Estado. Minas Gerais, Belo Horizonte, 09 jun. 1911.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 1960 de 16 de dezembro de 1906.** Regulamento da Instrução Primária e Normal do Estado de Minas. Minas Gerais: Belo Horizonte, 16 dez. 1906a.

MINAS GERAIS. **Lei n. 800 de 27 de setembro de 1920.** Reorganiza o ensino primário do Estado e contém outras disposições. Minas Gerais, Belo Horizonte, 27 set. 1920.

OLIVEIRA, Alfredo Maximiano de. Secretaria do Interior. **Papéis findos 7ª secção.** Códice: SI - 3810. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1911.

RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa. Secretaria do Interior. **Atos do Secretário.** 6ªsecção. Notação: SI – 3420. 16/05/1913. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1913.

RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa. Secretaria do Interior. **Rascunhos de ofícios n. 10.** 7ª secção. Setembro a dezembro de 1911. Códice: SI - 3819. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1911.

RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa. Secretaria do Interior. **Relatório apresentado ao Dr. Presidente de Estado de Minas pelo Secretário de Estado dos Negócios do Interior dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro em o ano de 1906.** Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1906.

RIBEIRO, Delfim Moreira da Costa. Secretaria do Interior. **Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Júlio Bueno Brandão, Presidente do Estado de Minas Gerais pelo Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, Secretário de Estado dos Negócios do Interior no ano de 1912.** Referência: filme 074, flash 01, gaveta G-6. Belo Horizonte: Arquivo Público Mineiro, 1912.

Enviado em: Fevereiro/2018.

Aceito em: Abril/2018.

Como referenciar este artigo:

NOGUEIRA, Vera Lúcia. A cultura material da escola noturna de Minas Gerais. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 5, n. 10 p. 183-204, jan/abr, 2018. Disponível em:
<<http://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/index>>. e-ISSN: 2359-2087.